



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9364

Presidente da Mesa Diretora: José Marcos Martins de Freitas

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Imóveis

Autoria: Executivo Municipal

Data: 03/12/2019

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 167/2019. Autoriza o Poder Executivo a fazer concessão de direito real de uso de imóvel do Município, por prazo determinado, à Associação Comunitária de Tabuas, e dá outras providências. (Terreno medindo 480,00 m², para instalação de sua sede, que contará com uma sala para curso de computação). (Referente à Lei nº 5.214, de 13/12/2019).

Controle Interno – Caixa: 12.7

Posição: 33

Número de folhas: 18

Observação: Este projeto possui um mapa que não foi digitalizado devido ao formato ser incompatível com a digitalizadora. Encontra-se no arquivo físico, disponível para pesquisa *in loco*.

Especie: PL
Categoria: Imóveis
CX: 12.07
Ordem: 33
nº fls: 18 (incluindo 1 mpa)



nº 120/2019

10.12.2019

Câmara Municipal de Montes Claros

Lei 5.214 13/12/19

PROJETO DE LEI Nº 167/2019

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Autoriza a Concessão de Direito Real de Uso de Imóvel a
Associação Comunitária de Tabuas e dá Outras Providências.

MOVIMENTO

1 - Entrada em -03/12/2019

2 - Comissão Legislação e Justiça.

3 - RENOVADO EM REGIME DE URGENCIA

4 - EM - 10 - 12 - 2019

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -



Município de Montes Claros-MG
PROCURADORIA-GERAL

PROJETO DE LEI Nº **167**, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019.

**AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE
USO DE IMÓVEL A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE
TABUAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Os cidadãos do Município de Montes Claros/MG, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovaram e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o Município de Montes Claros autorizado a conceder o direito real de uso de imóvel, descrito no inciso do presente artigo, situado na comunidade de Tabuas, neste Município, com área total de 480,00m² (quatrocentos e oitenta metros quadrados), a Associação Comunitária de Tabuas:

I – Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0, de coordenadas N 8.174.291,421m e E 626.623,637m, situado na localidade de Tabuas; deste, segue confrontando com a Rua sem denominação com o azimute 23°30'28" e distância de 30,00 m até o vértice 1, de coordenadas N 8.174.318,931m e E 626.635,603m; desse segue limitando com a Rua Margarida Souto no azimute 113°52'05" e distância de 16,00m até o vértice 2, de coordenadas N 8.174.312,457m e E 626.650,235m; daí segue limitando com terreno de terceiros no azimute 203°30'28" e distância de 30,00m até o vértice 3, de coordenadas N 8.174.284,947m e E 626.638,269m; daí segue com o mesmo limitante no azimute 293°52'05" e distância de 16,00m até o vértice 0, de coordenadas N 8.174.291,421m e E 626.623,637m; chegando ao vértice inicial da descrição deste perímetro.

Parágrafo Único. O imóvel objeto da concessão do direito real de uso será utilizado, exclusivamente, para a instalação da sede da concessionária, que contará com sala para curso de computação, vedada forma diversa de sua utilização, exceto a utilização de parte do aludido imóvel pelo Município para a instalação de uma Unidade da Estratégia Saúde da Família – ESF.

Art. 2º – Os custos e despesas relativas ao funcionamento, conservação, manutenção e reformas da edificação serão de exclusiva responsabilidade da concessionária.

Art. 3º – O prazo da concessão autorizada por esta lei será de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes e será regida pelas cláusulas e condições do instrumento contratual a ser celebrado com o Município, cabendo à concessionária, a partir daí, todas as providências para a plena regularização da concessão.



Art. 4º – Resolve-se a presente concessão antes do prazo descrito no artigo anterior se a concessionária der ao imóvel destinação diversa da estabelecida no contrato ou descumprir cláusula resolutória do ajuste, perdendo as benfeitorias que houver feito no imóvel.

Art. 5º – Fica dispensada a concorrência de que trata o *caput* do art. 107 e o §1º, do art. 111 da Lei Orgânica Municipal, nos termos do seu art. 107, § 1º, em razão do justificado interesse público.

Parágrafo único. Fica também reconhecido, para a referida concessão, a inexigibilidade do chamamento público, nos termos do art. 31, da Lei Federal nº. 13.019/14.

Art. 6º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Montes Claros (MG), em 29 de novembro de 2019.



Humberto Guimarães Souto
Prefeito de Montes Claros



Município de Montes Claros-MG
PROCURADORIA-GERAL

Montes Claros (MG), 29 de novembro de 2019

Exmo. Sr.

Vereador José Marcos Martins de Freitas (Marcos Nem)

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP-_____/2019

Assunto: encaminhamento de projeto de lei

Senhor Presidente,

Com o presente, encaminho a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que **"AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE TABUAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Trata-se de Projeto de Lei que visa autorizar o Município de Montes Claros a realizar a concessão de direito real de uso de um imóvel situado na Comunidade de Tabuas, com o objetivo de instalar a sede da Associação Comunitária de Tabuas, que possui relevantes serviços prestados à comunidade local.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Humberto Guimarães Souto
Prefeito de Montes Claros

MEMORIAL DESCRITIVO

Propriedade: **Área Pública situada no Povoado de Tabuas – Montes Claros – MG.**


Área: **480,00m²**

Perímetro: **92,00 m.**

DESCRIÇÃO

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **0**, de coordenadas **N 8.174.291,421m** e **E 626.623,637m**, situado na localidade de Tabuas; deste, segue confrontando com a Rua sem denominação com o azimuth $23^{\circ}30'28''$ e distância de 30,00 m até o vértice **1**, de coordenadas **N 8.174.318,931m** e **E 626.635,603m**; desse segue limitando com a Rua Margarida Souto no azimuth $113^{\circ}52'05''$ e distância de 16,00m até o vértice **2**, de coordenadas **N 8.174.312,457m** e **E 626.650,235m**; daí segue limitando com terreno de terceiros no azimuth $203^{\circ}30'28''$ e distância de 30,00m até o vértice **3**, de coordenadas **N 8.174.284,947m** e **E 626.638,269m**; daí segue com o mesmo limitante no azimuth $293^{\circ}52'05''$ e distância de 16,00m até o vértice **0**, de coordenadas **N 8.174.291,421m** e **E 626.623,637m**; chegando ao vértice inicial da descrição deste perímetro.

Montes Claros, 25 de novembro de 2019



Eduardo Gonçalves de Almeida
RNP: 1413935370



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
21.355.896/0001-00
 MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
 CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
24/06/1983

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO COMUNITARIA DE TABUAS

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
ACT

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
87.30-1-99 - Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
87.11-5-05 - Condomínios residenciais para idosos e deficientes físicos
87.20-4-99 - Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO
LOC TABUAS

NÚMERO
S/N

COMPLEMENTO

CEP
39.401-708

BAIRRO/DISTRITO
VILA NOVA DE MINAS

MUNICÍPIO
MONTES CLAROS

UF
MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
28/07/1998

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **25/10/2019** às **16:04:30** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL PARA PRORROGAÇÃO DE MANDATO DA
DIRETORIA E CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE
TABUAS**



Aos 08 dias do mês de dezembro de 2018, às 16:00 horas, na sede da Associação localizada em Tabuas Distrito de Vila Nova de Minas, município de Montes Claros-MG, reuniram-se em assembleia geral os associados da Associação Comunitária de Tabuas para deliberar sobre a prorrogação do mandato da Diretoria e Conselho Fiscal.

A presidente solicitou a secretaria que procedesse a leitura do edital. Concluída a leitura, a presidente informou aos presentes que o mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal se encontravam vencidos sendo necessária a realização de novas eleições. Porém, não foi apresentado nenhuma chapa interessada em concorrer às eleições sendo sugerido a prorrogação do mandato.

Diante da falta de interessados em concorrer às eleições foi proposto aos presentes a prorrogação do mandato da Diretoria e Conselho Fiscal por 01 (um) ano, ou seja, até 08/12/2019. Todos os presentes aprovaram a prorrogação do mandato da Diretoria e Conselho Fiscal.

Assim, ficou constituído a Diretoria e Conselho Fiscal para o mandato de 01 anos, ou seja, até 08/12/2019:

Presidente: Luiza Maria de Jesus Nunes, brasileira, viúva, aposentada pensionista, portadora RG 17.161.993-6 e do CPF 100.404.648-06, residente e domiciliada no Povoado Santana, distrito de Vila Nova de Minas, município de Montes Claros-MG

Vice-Presidente: José Gonçalves Souto, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG M 998067 e do CPF 233.504.586-53, residente e domiciliado na fazenda Tabuas, distrito de Vila Nova de Minas, município de Montes Claros-MG,

1º secretária: Adneia Adriana Soares do Carmo, brasileira, solteira, agente comunitária de saúde, portadora do RG MG 13373207 e do CPF 06.852.376-00, residente e domiciliado na Fazenda Tabuas, distrito de Vila Nova de Minas, município de Montes Claros-MG,

2º Secretária: Ângela de Jesus Pereira, brasileira, casada, trabalhadora rural, portadora do RG MG 18.116725 e do CPF 117.238.446-08, residente e domiciliada no Povoado Santana, distrito de Vila Nova de Minas, município de Montes Claros — MG,

1º Tesoureiro: Arlen Augusto Soares do Carmo, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG M7735.496 e do CPF 920.733.876.91, residente e domiciliado na fazenda Tabuas, Distrito de Vila Nova de Minas, município de Montes Claros-MG,

2º Tesoureira: Ana Claudia Gonçalves Soares de Moura, brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG MG 14.451.392 e do CPF 071.999.176-51, residente e domiciliada, fazenda Tabuas, Distrito de Vila Nova de Minas, município de Montes Claros-MG



CONCELHO FISCAL EFETIVO

1º- João Marcos Silva Souto, brasileiro, casado, pedreiro, portador do RG 37.327.847 do CPF 058.545.886-50, residente e domiciliado, no povoado Santana, distrito de Vila Nova de Minas, município de Montes Claros-MG,

2º- Valcar Soares dos Santos, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG MG 619550 e do CPF 702.765.106-82, residente e domiciliado no Povoado Santana, distrito de Vila Nova de Minas, município de Montes Claros-MG,

3º- Laura de Jesus Soares Souto, brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG MG 20.002.322 e do CPF 020.204.526-93, residente e domiciliada no Povoado, Santana, distrito de Vila Nova de Minas, município de Montes Claros-MG,

CONSELHO FISCAL SUPLENTE:

1º- João Alves Souto, brasileiro, casado, trabalhador rural aposentado, portador do RG MG 647384 e do CPF: 918.014.868-91, residente e domiciliado no Povoado Santana, distrito de Vila Nova de Minas, município de Montes Claros-MG

2º- Carla Graciele Oliveira Souto, brasileira, casada, diarista, portadora do RG MG 14.893.917 e do CPF: 082.759.036-96, residente e domiciliada no Povoado Santana, distrito de Vila Nova de Minas, município de Montes Claros-MG,

3º Jose Valdir Ferreira, brasileiro, casado, eletricitista aposentado, portador do RG MG 12.342.808 e do CPF 270.691.686-91, residente e domiciliado na fazenda Tabuas, distrito de Vila Nova de Minas, município de Montes Claros-MG.

Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente agradeceu novamente o empenho de todos, e encerrou a assembleia, sendo essa ata lida e se aprovada segue assinada pelos presentes em lista de presença anexa.

Comunidade de Tabuas, 08 de dezembro de 2018.

Luiza Maria de Jesus Nunes

Luiza Maria de Jesus Nunes

Presidente

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Gonçalves Figueira, 134 - Centro - Montes Claros - MG
Telefone: (35) 3221-6314 - E-mail: cartorio.tdpjmc@hotmail.com

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA

Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas De Montes Claros

SELV Nº CKZ87886 Vido Atos: 3
CDD. SEG.: 6327986536296529 ISSQN: R\$ 7,29
Recompe: R\$ 8,72 Enol.: R\$ 154,64
Tfj: R\$ 51,20 TOTAL: R\$ 213,13
Consulte a validade deste selo em: <https://selos.tjmg.jus.br>

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Oficiala Dra. Audrey Caldeira do Carmo
Rua Gonçalves Figueira - 144 - A - Centro
Montes Claros - Minas Gerais

Apresentado hoje, protocolado sob o nº. 127315
do livro A2 é registrado sob o nº. 27182
do livro A25
Montes Claros, 19 dez-18 Dou fé.
Emolun.: 96,32 Tx. fisc. 32,75 Tot.: 129,07

Lista de presença da Assembleia Geral Extraordinária da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE TABUAS, realizada no dia 08/12/2018, para a prorrogação do mandato da atual de Diretoria e Conselho Fiscal por 01 (um) ano.

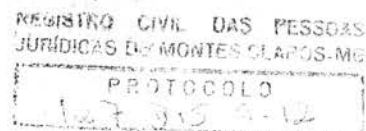
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS
JURÍDICAS DE MONTE CLAROS-MG

PROTOCOLADO



- 01- Luiza M. J Nunes
- 02- José Gonçalves Souto
- 03- Adneia Adriana Soares do Carmo
- 04- Arlen Augusto Soares do Carmo
- 05- Ana Claudia Gonçalves Soares de Moura
- 06- Gilmar Junior Martins Oliveira
- 07- Shiriene de Jesus Pereira
- 08- Joao Alves Souto
- 09- Ilegível
- 10- Domingos Pereira Rosa
- 11- Gerlon de Freitas Souto
- 12- Wanderley Gonçalves dos Santos
- 13- Ana Aparecida Araújo Oliveira
- 14- José Paulo Araújo Oliveira
- 15- Laurinda Alves Araújo
- 16- Renato Soares de Oliveira
- 17- Zenilda de Fatima Silva S.
- 18- Ermelinda Silva de Jesus
- 19- Lucy Soares de Oliveira Souto
- 20- Regina Aparecida Garcia
- 21- Marcos ilegível Santana
- 22- Carla Cristiane Souto
- 23- João ilegível Dias
- 24- Maria Alves de Jesus
- 25- Mary Pereira Souto
- 26- Jailson Soares Souto
- 27- Laurinda Alves Souto
- 28- Mariana Soares de Oliveira
- 29- Ângela de Jesus Pereira
- 30- Valderis Gonçalves Souto
- 31- Elizabeth Souto Freitas
- 32- Maria Cristina Soares Silva
- 33- David Alves dos Santos
- 34- Catia Simone Soares Fagundes
- 35- Laura de Jesus Soares Souto
- 36- Valcar Soares dos Santos
- 37- Rosemary Barbosas de Souza
- 38- Maria Rosa Lopes Martins
- 39- Ilegível Maria de Jesus
- 40- Carla Graciele Oliveira Souto

41- José Valdeir Ferreira
42- João Marcos Silva Souto



Declaro que confere com original.



Comunidade de Tabuas, 08 de novembro de 2018.

Luiza m. j. Nunes

Luiza Maria de Jesus Nunes

Presidente

REGISTRO DE ATOS, DE DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
PODER JUDICIÁRIO - TJMG / CORRESPONDÊNCIA

Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Montes Claros

SELO Nº CKZ4192R Qtda Atos: 6
CDD. SEG.: 8675414158316194 ISON: R\$ 7,13
Recorre: R\$ 8,54 Emol.: R\$ 151,24
TFF: R\$ 50,00 TOTAL: R\$ 209,87

Consulte a validade deste selo em <https://selos.tjmg.jus.br>

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Oficiala Dra. Audrey Caldeira do Carmo
Rua Gonçalves Figueira - 144 - A - Centro
Montes Claros - Minas Gerais

Protocolado sob o no. 127315 no livro A12
A primeira via foi arquivada em 19/12/2018 Con-
forme averbação à margem do registro 27182
do livro A25 datado de 19/12/2018
Montes Claros, 19/12/2018 Oficiala.
Emolun: R\$26,32 TX.Fisc: R\$32,75 Ttal. R\$125,07



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS

Oficiala: Dra. Audrey Caldeira do Carmo
Rua Gonçalves Figueira, 134, fone (38) 3221-8314, CEP: 39.400-006
Montes Claros-MG.
e-mail: cartorio.tdpjmc@hotmail.com

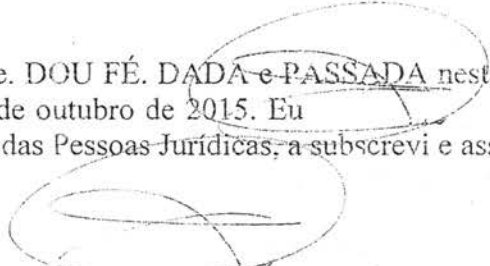
CERTIDÃO

TATIANE APARECIDA SILVEIRA, Escrevente Substituta do Cartório de Registro de Títulos e Documentos e cumulativamente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, da Comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições e na forma da lei, etc...

Certifica a pedido verbal de pessoa interessada que revendo em Cartório os livros destinados ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, encontrou, nesta serventia, estatuto da **Associação Comunitária de Tábuas**, datado de 05 de agosto de 2009, registrado sob o n. 16301, livro A22, protocolado sob o n. 84555, livro A8 em 06 de outubro de 2009.

Certifica, também, fica fazendo parte integrante da presente certidão e segue anexo, estatuto, reproduzido em fotocópia, composta de 05 (cinco) folhas numeradas de 02(dois) a 05 (seis), todas devidamente carimbadas e rubricadas.

O referido é verdade. DOU FÉ. DADA e PASSADA nesta cidade de Montes Claros, aos (20) vinte dias do mês de outubro de 2015. Eu _____, Escrevente Substituta do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, a subscrevi e assino:


-Tatiane Aparecida Silveira-

Emolumentos: R\$ 17,36
Taxa de Fiscalização: R\$ 5,69
Total: R\$ 23,05



Estatuto da Associação Comunitária de Tábuas

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 1º – A Associação Comunitária de Tábuas é uma associação, sem fins econômicos, políticos ou religiosos, que terá duração por tempo indeterminado, e formado por pessoas da comunidade acima citada, de atuação nas localidades de Tábuas, Estreito, Cachoeira e Ribeirão. Tem como sua sede o Distrito de Vila Nova de Minas, Município de Montes Claros-MG e foro em Montes Claros-MG.

Art. 2º - A Associação tem por finalidades:

- I. Promover o desenvolvimento comunitário através da realização de obras e ações com recursos próprios e/ou obtidos por doações ou empréstimos;
- II. Representar a Comunidade Junto aos órgãos públicos e privados no atendimento às suas reivindicações;
- III. Proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes da Comunidade através da integração de seus moradores;
- IV. Proporcionar aos associados e seus dependentes, atividades econômicas, culturais e desportivas;
- V. Promover atividades assistenciais, diretamente ou através de instituições filantrópicas;
- VI. Estimular e prestigiar programas de desenvolvimento da Comunidade, na agricultura, pecuária e outros;
- VII. Conscientizar a Comunidade de suas potencialidades levando-a a responder por seus anseios;
- VIII. Propiciar acesso ao crédito fundiário, para superação e combate da pobreza rural, escolher e negociar o imóvel a ser adquirido, desde que atenda aos requisitos de potencialidade e capacidade de suporte das famílias pretendentes, de acordo com laudos e relatórios a serem elaborados pelos órgãos competentes, elaborar proposta de financiamento a ser encaminhado ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, assinar contratos com agentes financeiros e outros de interesse da Associação.

Art. 3º – No desenvolvimento de suas atividades, a Associação não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião.

Art. 4º – A Associação poderá ter um Regimento Interno, que aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

Art. 5º – A fim de cumprir suas finalidades, a Associação poderá organizar-se em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo Regimento Interno.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS

Art. 6º – A Associação é constituída por número ilimitado de associados, que serão admitidos, a juízo da diretoria, dentre pessoas idôneas.

Art. 7º. Haverá as seguintes categorias de associados:

- I. **Fundadores**, os que assinarem a ata de fundação da Associação;
- II. **Beneméritos**, aqueles aos quais a Assembléia Geral conferir esta distinção, espontaneamente ou por proposta da diretoria, em virtude dos relevantes serviços prestados à Associação.
- III. **Honorários**, aqueles que se fizerem credores dessa homenagem por serviços de notoriedade prestados à Associação, por proposta da diretoria à Assembléia Geral;
- IV. **Contribuintes**, os que pagarem a mensalidade estabelecida pela Diretoria.

Art. 8º – São direitos dos associados quites com suas obrigações sociais:

- I. Votar e ser votado para os cargos eletivos;
- II. Tomar parte nas assembleias gerais.

Parágrafo único. Os associados beneméritos e honorários não terão direito a voto e nem poderão ser votados.

Art. 9º – São deveres dos associados:

- I. Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II. Acatar as determinações da Diretoria.

Parágrafo único. Havendo justa causa, o associado poderá ser demitido ou excluído da Associação por decisão da diretoria, após o exercício do direito de defesa. Da decisão caberá recurso à assembleia geral.

Art. 10 – Os associados da entidade não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da instituição.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 11 – A Associação será administrada por:

- I. Assembléia Geral;
- II. Diretoria; e
- III. Conselho Fiscal.

Art. 12 – A Assembléia Geral, órgão soberano da instituição, constituir-se-á dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.



Art. 13 – Compete à Assembléia Geral:

- I. Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II. Destituir os administradores;
- III. Apreçar recursos contra decisões da diretoria;
- IV. Decidir sobre reformas do Estatuto;
- V. Conceder o título de associado benemérito e honorário por proposta da diretoria;
- VI. Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- VII. Decidir sobre a extinção da entidade, nos termos do artigo 33º;
- VIII. Aprovar as contas;
- IX. Aprovar o regimento interno.

Art. 14 – A Assembléia Geral realizar-se-á, ordinariamente, uma vez por ano para:

- I. Apreçar o relatório anual da Diretoria;
- II. Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.

Art. 15 – A Assembléia Geral realizar-se-á, extraordinariamente, quando convocada:

- I. Pelo presidente da Diretoria;
- II. Pela Diretoria;
- III. Pelo Conselho Fiscal;
- IV. Por requerimento de 1/5 dos associados quites com as obrigações sociais.

Art. 16 – A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da instituição, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de (10) dez dias.

Parágrafo único – Qualquer Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com a maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número, não exigindo a lei quorum especial.

Art. 17 – A Diretoria será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Tesoureiros.

Parágrafo Único – O mandato da diretoria será de (02) dois anos.

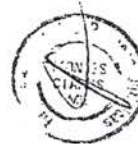
Art. 18 – Compete à Diretoria:

- I. Elaborar e executar programa anual de atividades;
- II. Elaborar e apresentar, à Assembléia Geral, o relatório anual;
- III. Estabelecer o valor da mensalidade para os sócios contribuintes;
- IV. Entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- V. Contratar e demitir funcionários;
- VI. Convocar a assembléia geral;

Art. 19 – A diretoria reunir-se-á no mínimo uma vez por mês.

Art. 20 – Compete ao Presidente:

- I. Representar a Associação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- III. Convocar e presidir a Assembléia Geral;
- IV. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- V. Assinar, com o primeiro tesoureiro, todos os cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da Associação.



Art. 21 – Compete ao Vice-Presidente:

- I. Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II. Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III. Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

Art. 22 – Compete o Primeiro Secretário:

- I. Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléia Geral e redigir as atas;
- II. Publicar todas as notícias das atividades da entidade

Art. 23 – Compete ao Segundo Secretário:

- I. Substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- II. Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término; e
- III. Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao primeiro secretário.

Art. 24 – Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- I. Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
- II. Pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- III. Apresentar relatórios de receita e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV. Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembléia Geral;
- V. Apresentar semestralmente o balancete ao Conselho Fiscal;
- VI. Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- VII. Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;
- VIII. Assinar, com o presidente, todos os cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da Associação,

Art. 25 – Compete ao Segundo Tesoureiro:

- I. Substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;
- II. Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III. Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro.

Art. 26 – O Conselho Fiscal será constituído por (03) três membros, e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

Parágrafo 1º – O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

Parágrafo 2º – Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término.

Art. 27 – Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Examinar os livros de escrituração da entidade;
- II. Examinar o balancete semestral apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito;
- III. Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados.
- IV. Opinar sobre a aquisição e alienação de bens.

Parágrafo Único – O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada (06) seis meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.



Art. 28 – As atividades dos diretores e conselheiros, bem como as dos associados, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

Art. 29 – A instituição não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

Art. 30 – A Associação se manterá através de contribuições dos associados e de outras atividades, sendo que essas rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional.

CAPÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO

Art. 31 – O Patrimônio da Associação será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices de dívida pública.

Art. 32 – No caso de dissolução da Instituição, os bens remanescentes serão destinados a outra instituição congênere, com personalidade jurídica, que esteja registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS ou entidade Pública.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33 – A Associação será dissolvida por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Art. 34 – O presente estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão de 2/3 (dois terços) dos presentes à assembleia geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Art. 35 – Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral.

O presente estatuto foi aprovado pela assembleia geral realizada no dia 05/08/2009.

Vila Nova de Minas, 05 de agosto de 2009.

Valter Soares dos Santos
Presidente



REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS			
Oficiala Dra. Audrey Caldeira do Carmo Rua Pires e Albuquerque - 256/C - Centro Montes Claros - Minas Gerais			
Apresentado hoje, protocolado sob o nº		84555	
do livro	A8	e registrado sob o nº	16301
do livro	A22	Deu-se	
Montes Claros, 06-out-09		Oficial	
Emolun	27,54	Tx. fis	10,83
Tot.		38,37	



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 167/2019 QUE “Autoriza a concessão de Direito Real de Uso de Imóvel à Associação Comunitária de Tabuas e e dá outras providências”, de autoria do Executivo Municipal.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

O projeto em comento prevê a concessão de direito real de uso de bem imóvel para a entidade que menciona.


Não se vislumbra no projeto em questão qualquer vício de iniciativa, tendo em vista que a administração dos bens municipais compete ao Executivo.

O mesmo se diga em relação ao seu objetivo, ou seja, não se vê nenhuma ilegalidade.

Assim sendo, caso o bem pertença ao município, somos de parecer que o projeto em questão é legal e constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 04 de dezembro de 2019.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 167/2019

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: Autoriza a Concessão de Direito Real de Uso de Imóvel à Associação Comunitária de Tabuas e dá Outras Providências.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 03/12/2019, com entrada na Sala das Comissões no dia 04/12/2019.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo autorizar a concessão de direito real de uso de Imóvel à Associação Comunitária de Tabuas de área de 480,00 m² (quatrocentos e oitenta metros quadrados) localizada na Comunidade de Tabuas, pelo prazo de 20 (vinte) anos.

A Concessão do direito real de uso será utilizado exclusivamente para instalação da sede da concessionária, que contará com sala para uso de computação e poderá utilizar parte do aludido imóvel para a instalação de uma ESF.

Verifica-se que a matéria versa sobre assunto de interesse local, de iniciativa exclusiva do Executivo, a quem compete a administração dos bens municipais e a disposição dos mesmos, portanto, não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 04 de dezembro de 2019.

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito

Vice- Presidente: Ver. Maria Helena de Quadros Lopes